

Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho¹

Erick Gabriel Jones Kluck

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail: erick@usp.br

Resumo

Este artigo trata dos aspectos recentes da mobilidade do trabalho dos posseiros e do planejamento estatal de perspectiva territorial no Médio São Francisco baiano, Território de Identidade do Velho Chico. As transformações atuais nessa área envolvem um processo no qual o Estado, munido da perspectiva territorial da ação planejada e por meio de outras ações (como a disposição de benefícios, incentivos, subsídios e regularizações de terra), dissemina e estimula uma série de programas cada vez mais determinantes na reprodução do trabalho dos posseiros, incluindo sua permanência transformada, mais monetarizada. Por outro lado, esses posseiros se veem tensionados, quando as ações estatais viabilizam também os meios facilitadores das ações empresariais, ameaçando constantemente os territórios dessas comunidades (impulsionando a mobilização do trabalho), voltados à produção de energia, mineração e agropecuária comercial. Ambas as formas de ação “elegem” o território como cerne da prática contraditória do Estado nessa área. Mostrar o desdobramento empírico dessa contradição torna-se o cerne desse artigo.

Palavras-chave: Posseiros; Estado; mobilidade do trabalho; médio São Francisco; território.

Possessors in the middle San Francisco: state planning and labor mobility

Abstract

This article deals with the recent aspects of the labor mobility of possessors and the state planning of territorial perspective in the Middle São Francisco, Bahia, Identity Territory of the Velho Chico. The current transformations in this area involve a process in which the State, provided with the territorial perspective of the planned action and through other actions (as provision of benefits, incentives, subsidies and regularization of land), disseminates and stimulates a series of programs each more decisive in the reproduction of the work of possessors, including their transformed, more monetarized permanence. On the other hand, these possessors are tense, when state actions also enable the facilitators of business actions, constantly threatening the territories of these communities (encouraging the mobilization of labor), directed at the production of energy, mining and commercial agriculture. Both forms of action "elect" the territory as the core of the State's contradictory practice in this area. Showing the empirical unfolding of this contradiction becomes the heart of this article.

Key-words: Possessors; State; mobility of work; middle San Francisco; territory.

Posereros en el medio San Francisco: planificación estatal y movilidad del trabajo

¹ Este artigo decorre da pesquisa de doutorado intitulada: “Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico”, financiada pela Fapesp, nº 2012/21887-0 e das atividades iniciais de nosso pós-doutorado pelo Cnpq: “O reverso da medalha ambiental: *green grabbing*, mobilidade do trabalho e o confinamento territorial de posseiros na gestão estatal da crise no Médio São Francisco” sob nº 168136/2017-1.

Resumen

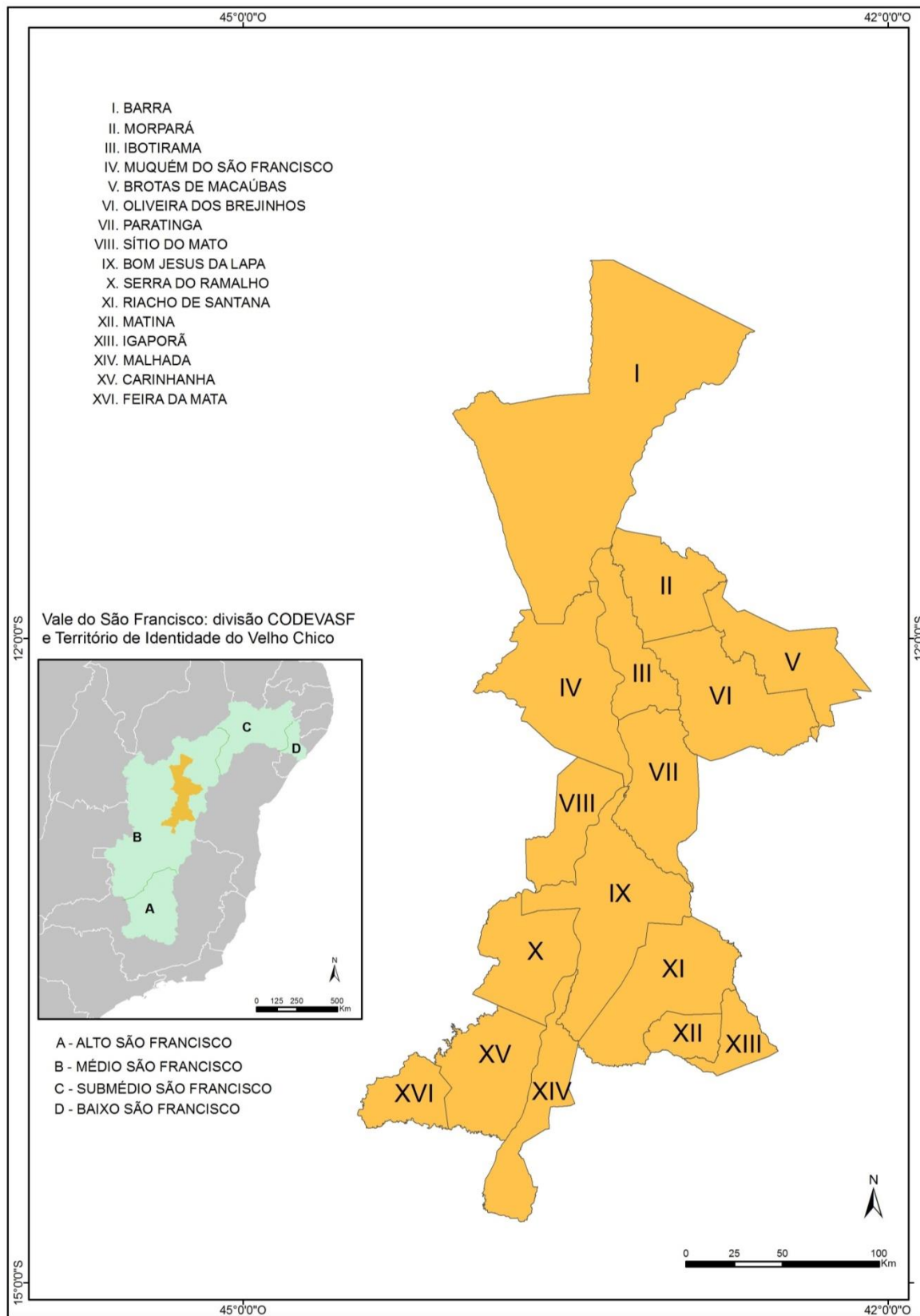
Este artículo trata de los aspectos recientes de la movilidad del trabajo de los posereros y de la planificación estatal de perspectiva territorial en el Medio San Francisco bahiano, Territorio de Identidad del Viejo Chico. Las transformaciones actuales en esa área involucra un proceso en el que el Estado, provisto de la perspectiva territorial de la acción planificada y por medio de otras acciones (como la disposición de beneficios, incentivos, subsidios y regularizaciones de tierra), disemina y estimula una serie de programas cada uno en lugar más determinantes en la reproducción del trabajo de los posereros, incluyendo su permanencia transformada, más monetarizada. Por otro lado, esos posereros se ven tensados, cuando las acciones estatales viabilizan también los medios facilitadores de las acciones empresariales, amenazando constantemente los territorios de esas comunidades (impulsando la movilización del trabajo), volcados a la producción de energía, minería y agropecuaria comercial. Ambas formas de acción "eligen" el territorio como núcleo de la práctica contradictoria del Estado en esa área. Mostrar el desdoblamiento empírico de esa contradicción se convierte en el núcleo de este artículo.

Palabras clave: Posereros; Estado; movilidad del trabajo; medio San Francisco; territorio.

Introdução

Esse artigo problematiza alguns aspectos da recente discussão sobre território, relativos às ações estatais, voltadas tanto a geração de renda e garantia de permanência de camponeses posseiros na terra na Bahia, quanto ao impulso aos empreendimentos de mineração, produção de energia eólica e agropecuária empresarial, que suprimem as condições da reprodução do trabalho desses posseiros. Para uma aproximação dessa temática partimos da dinâmica concreta cotidiana dos posseiros, observadas em trabalhos de campo em alguns povoados rurais dos municípios pertencentes ao Território de Identidade do Velho Chico, no Médio São Francisco baiano (mapa 1).

Mapa 1: Municípios do território de Identidade do Velho Chico no Médio São Francisco



Fonte: Kluck, 2016. ArcGIS, CEDETER (BA), CODEVASF, ZEE-BA. Elaboração: Erick Kluck, 2018.

Historicamente algumas áreas do Médio São Francisco aparecem balizando o discurso do atraso, tornando a necessidade de mobilizar a força de trabalho e a terra um dos principais motivadores das ações estatais. Essa tem sido também a justificativa para o incentivo estatal à iniciativa privada, que por muito tempo, e até hoje, se coloca tanto no discurso, como em determinadas práticas, como a vanguarda da solução das mazelas da assim chamada falta de desenvolvimento. No entanto, se algumas ações estatais recentes se voltam para a garantia da permanência de posseiros, cada vez mais mediados por dinheiro e crédito subsidiado em programas e projetos estatais de desenvolvimento territorial, também existe o problema de algumas ações se voltarem a uma dinâmica que contribui para a perda de territórios por parte desses posseiros.

A importância que esse fato ganha torna-se central para a observação do funcionamento e das problemáticas envolvidas em sua execução. Muitos desses posseiros, por exemplo, têm saído dos povoados visando tanto a “escolarização”, ou o aperfeiçoamento técnico de suas habilidades, quanto partindo em busca de empregos fora do meio rural, se assalariando ou trabalhando por dia em diferentes ramos afins ou distantes de suas práticas de agricultores e criadores. Por outro lado, existem aqueles que permanecem na posse de terra, ainda que cada vez mais diminutas em tamanho, com as famílias, efetivando diversas atividades agroextrativas e de criação, às vezes, envolvidos em associações de produtores que também se transformam, com maquinários e insumos para uma maior produtividade e alcance de mercado e projetos estatais de aquisição de alimentos e abastecimento escolar. Buscar as nuances que contribuem para essas “escolhas” é o mote desse artigo.

Procedimentos metodológicos

A ação estatal de planejamento recente busca a adequação das relações sociais de produção julgadas atrasadas ou com parca modernização – por exemplo, onde o assalariamento típico (Martins, 2010) não é a forma predominante das relações sociais – que se apresentam como entraves à reprodução ampliada do capital, possibilitando, para isso, subsídios e incentivos fiscais territorialmente alocados não de maneira “neutra” e nem “revolucionária” (Oliveira, 1977, p. 23).

Se nos anos 1970 essas ações visavam a reestruturação das relações, mobilizando terra e trabalho, levando em muitos casos à migração de uma grande contingente de pessoas (em geral posseiros ou agregados de fazendas), para os centros urbanos, a partir dos anos 2000, esse quadro do planejamento, que tem no incentivo fiscal e subsídio a empresas para reordenamento produtivo, ganha um novo formato: a alocação territorial de créditos estatais, subsídios e incentivos, para desenvolvimento da produção ou do comércio

mais localmente, ou seja, sem a necessidade de deslocar posseiros, permitindo sua reprodução no estabelecido território, através de atividades, tais como a produção artesanal de cachaça, cerâmicas e doces, turismo, entre outras.

Tal dinâmica impulsionou o aumento do número de posseiros voltados a produzir em associações de produtores, os quais por vezes recorrem ao Estado para garantir a compra de alguns equipamentos com o intuito de ampliar a produção e participar de programas estatais de aquisição de alimento e alimentação escolar. Isso tem contribuído, junto com a maior presença de subsídios e incentivos estatais ao incremento de renda, para o aumento de trabalhadores diaristas, tornando essas atividades, um importante componente da renda familiar efetivado principalmente pelos mais jovens.

Estas relações são identificadas em outros contextos e lugares, não só na Bahia como em grande parte do Nordeste brasileiro. Alguns autores tratam de relações acessórias (Tavares dos Santos, 1984), múltiplas ou diversas, de caráter próprio relativo ao camponês, componentes de uma *flexibilidade camponesa* (Shanin, 1980). Em geral eles também se fundamentam na dimensão da apropriação da terra como ato central à garantia da reprodução (terra como o lugar da efetivação do trabalho), o que possibilita a subsistência de um modo de vida particular, não capitalista, denominado de campesinato. Segundo elas, este seria posto em relação tensa com outras formas de apropriação da terra, dadas pelo modo capitalista de produção, ora monopolizando, ora se territorializando, no contato com a reprodução camponesa. Não se trataria de simples antagonismo, mas de uma contradição, uma constante e necessária recolocação da contradição entre aquelas relações não capitalistas e o capitalismo no campo. Tal contradição teria no território sua expressão dinâmica. Esta interpretação seria dada por teorias derivadas da sociologia e da geografia agrária (Martins, 2010; Oliveira, 1991).

Pensar em duas formas de territorialização, a dos posseiros e a do capital, sugere um olhar para as relações sociais de produção em contradição. Desse modo, a predominância de uma dessas territorializações colocaria a outra em uma posição crítica. Se a territorialização do capital tem possibilitado a expropriação direta do posseiro ou a cooptação do produto do trabalho, precarizando as relações sociais de produção camponesas, não restaria outra coisa senão fazer prevalecer uma territorialização camponesa, resistindo às imposições do capital monopolista. Isso é o que sugere a teoria do campesinato e, em outros termos, as discussões recentes sobre a valorização de práticas territoriais, como culturais e tradicionais, que garantiriam a reprodução na posse de terra, a propriedade de uma fatia do território por associações, agremiações, entre outras formas de organizações das práticas definidas como identidade cultural que têm uma expressão territorial.

Por outro lado, mas dialogando com essas proposições, as pesquisas e estudos de Raffestin (1993) e Haesbaert (2013) abordam de maneira crítica a problemática do território, que têm em seu cerne às interpretações sobre o poder (a dominação), a apropriação simbólica e as relações econômicas no espaço. Este último autor tem se destacado pela realização de uma ampla revisão bibliográfica sobre diferentes concepções de território e seus desdobramentos (a *territorialidade*, a *territorialização*, a *desterritorialização* e a *multiterritorialização*). Haesbaert identifica duas concepções que norteiam a interpretação desse conceito: a materialista e a idealista. Diante disso, propõe que a dimensão territorial não pode se limitar a essas concepções, mas deve superá-las em conjunto. Afirma que, antes, a concepção regional era central à geografia, mas que hoje é o território e suas derivações conceituais que norteiam as discussões sobre a apropriação e a dominação espacial.

Não sem contradição, o território tem sido posto pelo planejamento estatal como capaz de abarcar diferentes esferas autonomizadas, entre elas, culturais, econômicas, políticas e sociais. Isso se aproxima do entendimento de Santos (2007), quando trata desse conceito. Para ele, o território só pode ser entendido como território usado, categoria que se definiria como fundamento do trabalho e identidade (pertencimento), ou seja, território como “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência (...) fundamento do trabalho; lugar da residência; das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 2007, p.13-14).

Diferente dessas proposições, mas em diálogo com elas, abordamos a questão do ponto de vista da reprodução das categorias sociais do capital, ou seja, como desdobramento da modernização dessas áreas, seja com as ações estatais de planejamento, seja pela própria dinâmica das relações de produção.

A modernização, entendida como generalização da produção de mercadorias e do trabalho – formação de um mercado de trabalho e de terra nacional - na qual a mobilidade do trabalho evidencia contraditoriamente com uma dupla determinação de liberdade do trabalhador (Gaudemar, 1977). Conforme esse autor a dupla determinação do trabalho diz respeito à liberdade positiva do trabalho, na qual o trabalhador pode dispor livremente de sua força de trabalho como mercadoria que lhe pertence; que ao mesmo tempo, acarreta a liberdade negativa, onde o trabalhador não tem outra opção senão a de vender sua força de trabalho, disponibilizá-la no mercado, já que neste processo fica sem acesso direto aos meios de produção para sua reprodução. A imposição dessa dupla determinação, explicitada por ele, é socialmente constituída, historicamente determinada e, assim, co-constitutiva da modernização, ou seja, como uma categoria social moderna de mediação e

em crise, assim como dinheiro e mercadoria, vinculando ainda, os processos da reprodução do trabalho do camponês posseiro.

Essa reprodução do trabalho é complexa, dado, por exemplo, não ser explicitamente assalariado. No entanto, ao se realizarem por mediações sociais modernas, entre elas, o dinheiro e a mercadoria, denotam um caráter que não se limita às próprias ações desses sujeitos. Mas, ao aparecerem como próprias deles, obscurecem, contraditoriamente, o caráter de serem relações sociais postas e pressupostas pelo capital como relação social (Marx, 1988).

Correndo o risco, ao fazermos esse recorte, de deixar de lado o fato dessa realidade ser mediada, ou mais precisamente, dessa ser fruto de relações sociais, envolvendo aspectos categoriais mais totais e inclusive nos conectando (enquanto pesquisador-trabalhador), aos desdobramentos que ocorrem nesses lugares, tentamos, sempre que possível, analisar criticamente as mediações com o contexto no qual ela se desenvolve. Isso porque, tal tratamento científico, conceitual e categorial, de interpretação da realidade como objeto, precisa ser junto com o que chama de objeto, também problematizado, através da crítica às categorias e conceitos, escamoteados ou mesmo naturalizados nessa relação social.

Portanto, mesmo partindo de trabalhos de campo, nos quais realizamos entrevistas e observações junto aos posseiros em suas comunidades², torna-se importante destacar que o desafio é, não só apresentar a realidade atual, totalidade concreta, como se fosse um estágio final, de etapas superadas, mas, justamente a partir da totalidade concreta de cada momento, tentar explicitar as contradições, que foram e permanecem obscurecidas.

Tudo isso nos coloca diante da necessidade de um entendimento crítico sobre a realidade a ser observada, ou seja, sem o desvincular das relações sociais postas na modernização e propondo a crítica de seu desdobramento prático empírico como planejamento. Pois, o que aparece como esferas separadas e autônomas da reprodução, territorialmente localizadas (entre elas as relações sociais de parceria, ajuda mútua e uso comum da terra), não deixa de ter nexos formais totais (como dinheiro, crédito, trabalho e mercadoria) das relações de produção.

A modernização é o processo pelo qual se autonomizaram categorialmente as formas mercadoria, dinheiro e trabalho (Marx, 1988, livro III), possibilitando e sendo

² Resta ainda a discussão se essas comunidades de posseiros seriam comunidades tradicionais. De fato, há uma reprodução da forma social de produção das relações que remetem para um conjunto de normas comunitárias constituindo uma tradição, em torno da territorialidade, da identidade e seu autorreconhecimento, de viver nos Brejos, talvez como Comunidades de Fundo de Pasto. Isso pode ser evidenciado como foco da luta pela permanência na terra e garantia da regularização estatal. Porém, também pode ser um meio estatal de cerceamento e imposição de normas, ao qualificá-los. Portanto, como argumentaremos mais adiante, a territorialidade e a constituição desses povoados enquanto comunidade tradicional não se separa da territorialização das formas sociais de mediação mais gerais do capital (dinheiro, mercadoria, trabalho) e, portanto, não se fecha em um caráter identitário sem contradição com o Estado – forma constitucional do monopólio da violência.

possibilitadas pelo seu outro, o Estado. Neste processo, que constitui a formação das relações sociais de produção capitalistas, o Estado é um importante crítico da sua própria prática estatal (estabelecida através do planejamento) que, por essa ação, recoloca os pressupostos do processo social (Oliveira, 1977). Se antes as ações estatais de planejamento almejavam a modernização das relações sociais de produção efetivando a mobilização do trabalho, constituição do mercado nacional de trabalho, tendo como pano de fundo o Estado e a própria dinâmica da industrialização do país, hoje, com boa parte desse processo realizado, e uma crise se instaurando no processo produtivo em escala mundial, o planejamento muda sua forma de ação, com o desenvolvimento das forças produtivas (Marx, 1988). Este desenvolvimento das forças produtivas denota um caráter crítico central: a supressão do trabalho do processo produtivo geral e seu excedente na forma de trabalho supérfluo, expresso concretamente em uma população descartável (do processo de produção, como aspecto da crise do trabalho), mesmo sem impedir o trabalho de ser ainda a forma de mediação social. Trata-se de uma constante dialética entre incorporação e descartabilidade, caráter central da forma social de reprodução capital/trabalho, posta e imposta violentamente, mas também, naturalizada na relação social. Essa é a forma contemporânea da modernização, onde o crédito estatal e particular (como dinheiro a ser realizado no futuro) se coloca contraditoriamente possível como profusão territorial dos arranjos produtivos e outras formas de investimento.

Ou seja, a efetivação da dinâmica territorial, posta por tal desdobramento do planejamento, tornou necessário estabelecer um caráter identitário entre as relações sociais de produção e a cultura, pelas quais se obscurece, em arranjos territoriais, o caráter crítico contraditório dado pelas categorias trabalho, mercadoria e dinheiro (como crédito), que são as formas totais do capital em processo. Segundo Heidemann (2004), existem outros nexos críticos sobre a precariedade do trabalho, centrados nas categorias que fundamentam as relações sociais de produção como socialmente constituídas e historicamente determinadas. Assim, não se trata de uma simples precarização do trabalho, mas de um processo mais crítico que afirma a sua crise ao colocar o trabalho historicamente determinado ao mesmo tempo como obsoleto, e, ainda capaz de ser posto como mediação social do valor (Heidemann, 2004). Nesse sentido é que entendemos que os posseiros desdobram suas atividades para reprodução do trabalho envolvendo esse planejamento e políticas públicas territoriais recentes.

Enquanto relações sociais de reprodução, as experiências de trabalho empiricamente concretas são formas dadas por relações objetivas (ou categorias sociais) subjetivadas e, assim, obscurecidas na prática. Pensamos, portanto, que não se pode estancar a análise nesse momento prático empírico, ou concreto da aparência, mas sim perguntar sobre as mediações e categorias sociais nelas envolvidas, como o trabalho, a

mercadoria e o dinheiro. Isso porque elas estão presentes na construção de infraestrutura energética e hídrica, no crédito estatal (subsídios estatais a pequenas e médias empresas e os programas de renda mínima) e particular (empréstimos pessoais por agências financeiras e bancos privados) todas como momentos de um único processo.

Reflexões sobre a dinâmica territorial da reprodução do trabalho do posseiro

As nossas indagações sobre o planejamento e outras ações estatais, têm origem na observação dos processos relativos à reprodução do trabalho dos posseiros em comunidades rurais no Médio São Francisco. Como modernização, e não falta dela, percebemos as transformações nas relações de trabalho e apropriação da terra, tanto de maneira mais geral, quanto particular, ou seja, estabelecida por esses posseiros na reprodução do trabalho.

Nessas comunidades o uso da terra e as relações estabelecidas entre os posseiros, se compõe da produção agrícola, criação e coleta/extrativismo, além do beneficiamento e da comercialização. Segundo eles, essa organização do trabalho é a “tradição do lugar”. A cada família corresponde uma posse familiar de terra que lhe dá acesso ao uso comum de uma área contígua à sua posse.

A primeira, posse familiar da terra situa-se na porção mais úmida (próxima as margens dos riachos), tem em média, menos de 01 *ha* e é denominada **brejo**. Nesta porção se encontra a casa de morada, e, é onde efetivam as roças de milho, feijão, banana, melancia, pequenas hortas (com legumes e hortaliças), cana-de-açúcar e mandioca, variando em quantidade e diversidade. Nesta, cultivam algumas árvores frutíferas que produzem o coco, a manga, a laranja, o limão, a pinha, entre outras. A depender das condições econômicas da família, nesta porção se dispõem benfeitorias: o cocho, a prensa, a oficina de farinha, o alambique e o engenho (de madeira ou ferro, movido ou não à eletricidade). Aí são realizadas também as atividades artesanais e de beneficiamento da cana-de-açúcar, da mandioca, do buriti, do pequi e da castanheira, e ainda, criações de animais, como galinhas, e, por vezes, porcos.

A segunda é a porção de terra na qual a apropriação é efetivada de forma comum, ou seja, é a porção de terra pertencente ao conjunto de famílias da comunidade. Sua dimensão em comparação com a posse familiar é muito grande (em geral de mais de 3.000 *ha* por comunidade), e, é chamada por eles de **caatinga** (área na qual mencionam subdivisões, como as chapadas e os tabuleiros). O uso dessa área pode ser realizado por todos os moradores do povoado, existindo, no entanto, regras estabelecidas pelo costume, quanto à forma e intensidade desse uso. Nesta criam o gado, principalmente bovino, e outros animais, sendo eventualmente efetivada a atividade de caça para alimentação direta

– do veado, paca, tatupeba, cutia ou caxinguelê, aves etc. – e de extração de madeiras, lenhas, resinas, caroá e mel, extratos medicinais, pequis, tucuns e frutas – mangaba, jenipapo, entre outros.

Dessas, a atividade mais central é a criação do gado, na qual investem dinheiro (espécie de poupança), garantindo recursos para futuras necessidades como: a compra de terra, a realização de um casamento, o tratamento médico em outra cidade, ou mesmo para suportar períodos longos de seca. Em geral compra-se o chamado garrote (bezerro) soltando-o nessas áreas de caatinga e chapadas, onde se alimentam e cresçam. Assim, quase sem nenhum dispêndio efetivo com sua criação, após um tempo, esse pode ser vendido por um preço mais alto, em relação ao preço do garrote.

Os posseiros dos Brejos, brejeiros, recorrem ao trabalho dos integrantes da família para efetivação das atividades, e quando esse não é suficiente, estabelecem outras relações que, excetuando-se a migração, envolvem seus vizinhos. Entre elas destacam-se: a *parceria*, a *obrigação*, o *mutirão* e a venda do dia de serviço (diária). A outra forma, pela qual tentam suprir a demanda por trabalho, com vizinhos, nos casos de intensa atividade (associada à falta de pessoas da família para o trabalho), é a do pagamento do diarista.

Essa característica do trabalho por dia, de ser necessário quando da falta de pessoas da família para o trabalho, precisa ser relacionada a alguns importantes aspectos: a diminuição do tamanho das posses de terras, a migração e a dinâmica sazonal das atividades dos brejeiros. Também, ao momento atual da ampliação da mediação pelo dinheiro (moeda), conformando uma maior monetarização das relações sociais, devido, entre outras coisas, aos incentivos, subsídios (à produção), benefícios estatais (bolsas e aposentadorias) e ao acesso aos créditos.

Acompanhamos esse conjunto de relações em campo: por um lado, o trabalho por dia se tornou mais requerido pelos produtores de cana e mandioca, quando os mais jovens de suas famílias se ausentavam – ou, com a escolarização (vinculada ao recebimento de bolsas e mesmo incentivo a uma mudança de vida) ou, pelo assalariamento fora dos Brejos. Por outro lado, ele foi negado, pois o preço, relativo às diárias, devidas por esses dias de serviço, sofreu um aumento progressivo e desproporcional nos últimos anos, aumentando muito os custos de sua utilização. Segundo eles, como muitos hoje em dia, têm acesso aos Programas (Garantia Safra, Bolsa Família, Pronaf), ninguém quer trabalhar por pouco, pois, de alguma forma, até mesmo os posseiros com pouquíssima terra, teoricamente mais propensos a disponibilizar sua força de trabalho como diarista para complemento de sua renda, têm garantido o mínimo da sua reprodução cotidiana, com o dinheiro recebido do Estado.

Essa contradição posta em prática no próprio processo, tem como “pano fundo”, a ampliação da monetarização. O *mutirão* e a *obrigação*, ainda presentes, poderiam ser uma

alternativa, mas, têm cada vez menos expressividade. Ou seja, não entram como substitutivo dessa relação, sendo, o dinheiro, tornado cada vez mais central. Segundo seu Domingos, do Brejo do Barbosa, isso se deve ao fato das pessoas quererem utilizar esse tempo, antes destinado ao *mutirão* ou a *obrigação*, para conseguir dinheiro, em geral fora dos Brejos, para comprar moto, ir às festas, comprar celular, reformar a casa.

No entanto, apesar do ligeiro aumento da monetarização dos posseiros, nos Brejos visitados, notamos, de forma geral, como os integrantes das famílias continuavam se desdobrando entre muitas atividades (mais e menos intensas), ligadas à roça, extração, coleta, caça, beneficiamento, comercialização. Entre essas estavam:

- a) A plantação, zelo, colheita e o beneficiamento da cana-de-açúcar, para produção de rapadura e cachaça;
- b) A plantação, zelo, colheita e o beneficiamento da mandioca, para a produção de biju, polvilho e farinha de mandioca;
- c) A catação da manga e do coco, para venda aos atravessadores;
- d) O beneficiamento do fruto do buriti (saeta), para produção de farinha;
- e) A coleta, extração, caça e o beneficiamento de produtos da caatinga (chapadas e tabuleiros): a castanheira, pequi, tucum, mangaba, lenha, madeiras, resinas, mel, veado, tatu, cotia, entre outros;
- f) Os tratos aos animais: porcos, bodes, galinhas, jumentos, mulas e cavalos;
- g) A lida com o boi, organizando as áreas de bebedouros e de disposição do sal, além de sua recolha na caatinga (das áreas de uso comum) para as mangas (pequenos pastos cercados) nos brejos ou para as margens do rio São Francisco, em determinadas épocas do ano para engorda;
- h) A adubação e composição do solo para cultivo das roças;
- i) O zelo, cultivo e colheita das hortas e roças em geral;
- j) De forma menos frequente: consertos e construção de casas, ranchos, cercas, oficinas, cozinhas, banheiros, cacimbas (para obtenção de água), poços, caminhos, picadas, instrumentos de trabalho (engenhos, componentes das oficinas, bruacas, cangalhas, etc.);
- k) A busca de formação escolar (por vezes atrelada diretamente ao recebimento de benefícios) junto com a capacitação e formação em cursos técnicos, ambas voltadas à busca por inserção no mercado de trabalho em geral fora dos Brejos;
- l) O trabalho assalariado ou por dia de serviço fora dos Brejos, para composição da renda familiar;
- m) Empreendimentos: como o de transporte de passageiros e de alunos, bares e ainda bem raro, mercearias.

Como se pode perceber, nesse conjunto de atividades laborativas executadas durante o ano, há uma relação de indissociabilidade entre os usos e apropriações das duas áreas anteriormente mencionadas: a posse familiar e a terra de uso comum (caatingas, tabuleiros e chapadas). Uma apropriação depende em muito da outra, estão interligadas, e, a supressão de uma dessas áreas tornaria impossível a reprodução do seu trabalho, na forma como ele é organizado.

Essa descrição geral, apesar de mostrar uma grande diversidade de atividades da reprodução do trabalho dos posseiros, é apenas uma ligeira aproximação. A sua realidade cotidiana é ainda mais complexa, dada na relação dessa intensa gama de atividades com recentes transformações em sua dinâmica: a ampliação do consumo e da monetarização; as transformações na infraestrutura energética, de transportes e educacional; a diminuição das áreas de posses; e as tensões com empreendimentos que tentam usurpar as terras familiares e comuns desses posseiros.

Nos últimos anos essas transformações, com forte aporte estatal, têm sido significativas, levando ao aumento da monetarização e modificando o acesso dos posseiros ao consumo de mercadorias, expressando mudanças qualitativas em seu cotidiano. O acesso ao dinheiro, a implantação de estradas e da rede elétrica, transformou bastante as relações entre os brejeiros, e, destes com as praças comerciais mais próximas, principalmente, por propiciar o aumento da frequência das suas viagens, com intuito de comprar ou vender mercadorias.

Em termos gerais, a monetarização aumentada, ao “facilitar” o acesso aos “novos” bens de consumo tornou, segundo eles, o cotidiano mais cômodo: geladeira, televisor, rádio, fogão, sofá, cama, entre outros, como poços com bombas para captação de água. Um importantíssimo aspecto, para além do conforto, se relaciona à acentuada diminuição da mortalidade infantil e da desnutrição, associada à implementação desses programas estatais. Além disso, muitos brejeiros têm investido na reforma das casas, colocando revestimentos de pisos e azulejos, e, instalando o banheiro. É notória a maior quantidade de bares, nos quais tem prevalecido a venda de cerveja e conhaques, além de fichas de jogos como *bilhar* e *pebolim*.

Diferentes objetos, principalmente entre os mais jovens, estão também mais presentes: aparelhos de telefone celular (mesmo não tendo sinal nos Brejos) os quais utilizam para ouvir músicas; “mini-rádios” com cartão de memória; bonés, moletons e tênis. Também houve um aumento no número de veículos em circulação – como motocicletas,

caminhonetes, furgões (para o transporte de alunos e professores às escolas e outros passageiros, às feiras nas sedes municipais e distritos)³.

Todas essas transformações não se descolam de um processo mais geral da reprodução do capital na atualidade, com o qual todos nos envolvemos. Afinal, as mudanças no acesso a determinados bens de consumo e acesso ao crédito, foram proporcionadas, a todos nós, brejeiros e pesquisadores, e, mesmo auto empreendedores. A “inserção” dos brejeiros na dinâmica deste “novo consumo” não é, portanto, uma exclusividade de suas condições de posseiros, mas está posta para muitos na sociedade, como possibilidade. E por isso, não podemos deixar de problematizá-la, como uma “via de mão dupla”, plena de contradições.

Por serem posseiros, além de manterem as posses familiares (mesmo com sua drástica diminuição de tamanho), ainda garantem o acesso a alguns auxílios, benefícios, ou subsídios, utilizados em sua reprodução do trabalho, assim como, o parco dinheiro economizado a partir do salário. Tudo isso reflete um aumento da monetarização e das diferentes formas empreendidas para a satisfação de diversas necessidades – aumentadas nos últimos anos, incluindo aí, aparelhos eletrônicos, motos, reforma de casas, roupas e calçados “da moda”, entre outros.

Esses aspectos do aumento da monetarização envolvem os brejeiros em diferentes atividades, os remetendo a experiências dolorosas. Por exemplo, o migrar, por si só, já representa um momento doloroso, como aspecto da mobilidade do trabalho. O trabalho executado nessas empreitadas espolia bastante os brejeiros, com horas extras necessárias para compensar os baixos salários e altos custos da alimentação disponível nos ambientes de trabalho.

Assim, esse processo que em geral, aparece relacionado à busca individual por incremento de renda, formação e qualificação profissional, satisfação de consumo aumentado, e, também, ainda mais frequente, e cada vez mais central, ao processo de diminuição do tamanho das posses e roças. A diminuição do tamanho das posses é um aspecto central de todo esse processo, pois, leva a uma diminuição das roças. Essa diminuição se relaciona a uma dinâmica interna de herança. Se inicialmente, uma primeira geração detém 100 braças de terra (uma braça é 2,2m), a depender do número de filhos (por exemplo, 5 filhos) na terceira geração, cada um dos herdeiros terá apenas 4 braças. E, numa quarta, não havendo incremento por compra, se chegará a menos de uma braça de terra por herdeiro. No entanto, não se limita a ela, pois outros fatores impedem que a comunidade se expanda, como por exemplo, empreendimentos (minerários, de energia

³ Ao se problematizar o aumento do consumo, não estamos defendendo romanticamente seu estancamento, uma volta ao passado, dado se relacionar diretamente a possibilidade real de uma garantia alimentar básica, que contribui para a diminuição da desnutrição e da mortalidade infantil.

eólica e agropecuários) no entorno, ocupando melhores terras e até, por vezes, as terras de uso comum pertencentes a essas comunidades. Mesmo com suas roças e terras diminutas esse posseiro, em geral, não tem abandonado a posse, tendo nessa a garantia da pequena produção e o recebimento de benefícios estatais. Ou seja, algo menos penoso em relação à migração definitiva para as cidades, que já não os comportam.

O Estado nesta situação tem um papel fundamental: a garantia da permanência na posse, com estas e outras ações recentes, como implementação de arranjos produtivos e (em alguns casos) regularizações fundiárias. Porém, contraditoriamente, ele conforma o processo geral capitalista, no qual o posseiro perde, ou tem cada vez mais constrangida suas possibilidades de reprodução. E, assim estes, com as suas posses de terras diminuídas, cada vez mais se tornam necessitados do Estado – que, por meio daquelas ações, evita ou gesta, o alcance de uma situação crítica, apesar de sempre dolorosa, com a qual corroborou fundamentalmente. Ou seja, denota uma relação contraditória da territorialização do capital (incluindo empreendimentos agropecuários e o Estado), como um processo de duplo caráter: a constrição e o confinamento territorial do camponês posseiro. Duplo, pois, ao contribuir para a redução das terras e por vezes expulsão dos posseiros das mesmas, é também, por outro lado, aquele que permite a permanência com subsídios e incentivos.

Trata-se de uma discussão sobre a faceta territorial, cada vez mais central ao planejamento estatal e às reivindicações da sociedade civil organizada (incluindo, associações e movimentos sociais) como um caráter desdobrado também da reprodução crítica do capital, colocando aos camponeses, como possibilidade, o confinamento territorial. Se, nas lutas pela terra, sob a forma da reivindicação de políticas públicas e de regularização da terra, diversas entidades adotam o conceito de território para seu embasamento, esse, no entanto, por outras vias, torna-se programa e ação de Estado. Nesse jogo, ambos recorrem à caracterização dos camponeses e de seus territórios – aspecto conformador de uma simulação de autonomia territorial, na qual ficam obscurecidos os fundamentos categoriais a serem criticados. Tal relação é permeada por outra: o Estado com suas ações, inclusive de apoio as iniciativas empresariais, é o corresponsável pela constrição territorial dos camponeses, embora seja, por outro lado, o viabilizador cada vez mais central de sua reprodução, por via de políticas públicas.

Esses aspectos atuais da reprodução do trabalho dos posseiros, de um ponto de vista mais teórico, se relacionam a outros concretos observados em campo, que nos permitem assim problematizar a reprodução estatal, em diferentes níveis de articulação e ação, na garantia da reprodução capitalista, como sua forma atual. A constrição territorial relaciona a mobilização do trabalho (como dupla liberdade do trabalho) e a transformação na apropriação da terra (território), reunindo ambos os processos em si mesmo. Nele se

vinculam também aspectos objetivos-subjetivos da reprodução do trabalho. Transformado a cada momento, esse caráter territorial desdobra-se cada vez mais em confinamento territorial, englobando as formas de incentivo da permanência, postas na contradição, entre manutenção da tradição e patrimônio *versus* diminuição das possibilidades de reprodução dadas pela constrição e crise do trabalho, tendo sua base no Estado, no aporte estatal, com o capital fictício.

No entanto, essa permanência não é posta como dádiva, mas tem se tornado uma necessidade do capital e a forma de ser do Estado, marcando as tensões e violências dessa forma social contraditória e essencialmente desigual de reprodução. Portanto, os movimentos sociais de luta pela terra e pela permanência na terra entram em conflitos recorrentes com o Estado e com os empresários ou proprietários de terra na tentativa de garantir que uma parte do fundo público seja destinada a essas populações no campo, incluindo aí a terra como fundo público.

Nesse sentido, é que indagamos o momento atual da reprodução da forma social do capital, no qual as ações estatais, entre elas o planejamento, impulsionam transformações: incentivos e subsídios à constituição de cadeias de produção de alimentos, ao artesanato e à cultura, benefícios, novas estradas, postes e torres de energia, maior monetarização e aumento do consumo, são algumas delas. Essas transformações envolvem a dinâmica modificada da reprodução do trabalho dos posseiros (a ajuda mútua ou obrigação, a parceria, o trabalho acessório), cada vez mais complementada por subsídios, incentivos e benefícios estatais, conformando o caráter particular da reprodução do trabalho dos posseiros, na garantia da sua permanência na posse de terra, cada vez mais diminuta ou em risco de supressão, o que contribui para a migração de posseiros.

A diminuição do tamanho da posse parece contradizer a permanência, porém, a permanência transformada, com subsídios, auxílios e benefícios – ampliando a noção de permanência derivada da tradição (relacionada à manutenção do patrimônio familiar e até mesmo, modo de vida) – se coloca como possibilidade, dada a dificuldade atual desses posseiros encontrarem outros meios e lugares para a reprodução do trabalho. A posse tornada diminuta e o trabalho tornado obsoleto tem, no entanto, na reprodução capitalista e, assim, no Estado, um elo contraditório.

Com a difusão de créditos para investimentos em infraestrutura e produção de energia, proporcionados pelo PAC, financiados pelo BNDES, os ramos de mineração, agronegócio e produção de energia eólica, ampliaram nos últimos anos sua ação, especialmente na Bahia. Este último ramo vinculando o Estado e as concessionárias de energia, revela mais contradições do planejamento e da ação estatal territorializada.

Algumas empresas de energia eólica têm oferecido às pessoas das comunidades, individualmente, uma quantia em dinheiro para uso da terra comum, fatia potencial de lucro,

relacionado ao uso dessas terras de forma praticamente gratuita. Essa atitude evita o contato com associações nas quais haja mínima organização contraposta aos seus interesses. Em geral argumentam que as terras de chapadas e serras são terras públicas, ermas e sem dono. No entanto, essas servem, em sua maioria, à extração, coleta e criação, compondo as áreas comuns das comunidades. Portanto, apesar de serem terras públicas constituem seus territórios.

Na Bahia, diversas entidades de luta na e pela terra denunciam o avassalador processo de grilagem de terras causando a despossessão de terras e territórios dos camponeses, por meio de empreendimentos, como mineração, estradas de ferro, barragens, produção de energia eólica e solar, além da própria expansão do agronegócio – muitos desses, promovidos, incentivados e financiados, tanto por empresas, quanto pelo próprio Estado – como problemático e capaz de levar a uma descontinuidade da existência de diversos povoados e comunidades de camponeses.

Tais empreendimentos estatais planejados ou com financiamento estatal – entre eles, os polos de irrigação, a produção de energia eólica, as barragens, a construção de ferrovias – e privados, como a produção mineral e as grandes propriedades agropecuárias, aparecem como os responsáveis por limitar os territórios dos posseiros, motivando a diminuição do tamanho da posse de terra nas comunidades. Em geral, esses posseiros, foram constantemente deslocados para esses lugares, direta ou indiretamente, no processo em que os melhores solos foram ocupados, não só com a expansão inicial do gado, mas, com as políticas públicas de incentivo a irrigação e a agropecuária, destinadas aos grandes empresários. Ocupando os piores solos, estes posseiros estão cada vez mais constrictos e confinados a um território, dividindo e subdividindo suas já pequenas posses. A barragem de Sobradinho e o perímetro irrigado do Baixio do Irecê e do Gentio do Ouro são tristes exemplos de empreendimentos público-privados que limitam e controlam parte dos melhores solos, inclusive, expulsando posseiros, no estabelecimento da fruticultura irrigada e produção de energia.

Considerações finais

A inserção dos posseiros dos brejos nos projetos e programas estatais se tornou cada vez mais comum, na qual, por outro lado, esses posseiros veem uma ponta de esperança em reproduzir seu trabalho, dado o contexto cada vez mais adverso de sua realização sem esse aporte estatal, sendo esse um caráter do confinamento territorial, ou seja, do impulso com crédito e dinheiro, da mobilização do trabalho territorialmente alocada.

Esta política social inserida no rol do planejamento territorial, apesar de mais redistributiva do que outras, não deixa de acarretar contradições, situadas para além das

comunidades e do próprio Estado, relegadas ao universo do dinheiro e da valorização do valor no mercado.

Por exemplo, o tempo de trabalho destinado ao beneficiamento da cana, cada vez mais impulsionado no mercado, faz com que a família se dedique com mais ênfase à sua produção, transferindo parte do tempo de trabalho antes destinado diretamente ao consumo, para produção visando o recurso (dinheiro), com o qual se reproduz, de maneira ainda mais mediada.

Como uma dinâmica geral, os posseiros utilizam quase sempre, o dinheiro oriundo da produção de cachaça, rapadura, farinha de mandioca, para a compra de gado, ferramentas, motores, bombas d'água, eletrodomésticos, móveis, reforma da casa, e se possível motocicleta. No entanto, todo esse conjunto conforma parte da reprodução, e depende, cada vez mais, do dinheiro originado das políticas públicas. A maioria dos posseiros entrevistados afirmou ter acesso a elas, como Pronaf, Garantia Safra, Bolsa Família, garantindo assim sua permanência na terra. Afirmam ser comum, por exemplo, muitos utilizarem o dinheiro do Pronaf na compra de gado (como poupança) ou mesmo motocicletas, entre outros objetos, não permitindo seu reinvestimento em empreendimento produtivo. Esse fato, junto a outro, relacionado ao baixo preço alcançado por suas mercadorias, muitas vezes impossibilitando um bom retorno, dificulta a quitação de sua dívida e impede outros empréstimos estatais.

Já o dinheiro do Programa Bolsa Família é utilizado pela maioria das famílias para garantir, pela compra em feiras e mercados na cidade, o básico da alimentação (como arroz, feijão, sal, óleo, etc.). As atividades relacionadas à produção desses alimentos não fornecem diretamente dinheiro, e consomem boa parte do tempo.

Portanto, alegando ser alto o dispêndio de energia e tempo para essa produção (aliado à necessidade de trabalhadores) em relação ao seu baixo preço no mercado (dado seu poder de compra ter aumentado um pouco com o benefício), justificam a adoção de tal aumento das compras na cidade. Além disso, incluem nessa conta, a diminuição do tamanho das posses familiares, envolvendo diretamente a diminuição das roças. Antes, a maior parte do cultivo das roças de sua posse, era para o consumo próprio, agora é comprada nos mercados e feiras das cidades.

E, ao mesmo tempo, em porções cada vez maiores (dentro dos limites de sua posse) suas terras são destinadas à plantação de cana e mandioca, as quais beneficiam para obter cachaça, rapadura e farinha de mandioca. Pois, segundo eles, daí “extraem o recurso” utilizado para comprar, por exemplo, os eletrodomésticos, móveis (geralmente a prazo) e, além disso, outros instrumentos de trabalho e, parte do pagamento de diaristas ou trabalho por empreitada. A cana e a mandioca fornecem um recurso (renda em dinheiro)

relativamente mais alto comparadas às outras atividades, como coleta/extração, realizadas durante o ano.

A compra dos alimentos básicos (feijão, arroz, sal, óleo) e de outros, como enlatados, refrigerantes, bolachas, macarrão, salgadinhos, etc., torna-se mais comum, “bastando” ter dinheiro. Para isso, ou precisam ter uma fonte de renda, como aposentadoria, assalariamento fora dos Brejos, benefícios, incentivos, auxílios, recebimento de diária, e/ou, necessitam dinamizar a produção, com a qual conseguem algum dinheiro no mercado, incluindo aí, tanto a produção de cana e mandioca, quanto os produtos derivados da extração e coleta, beneficiados ou não.

Como atualmente se verifica, houve um aumento do consumo desses produtos (não produzidos diretamente por eles), e para garantir isso, cada vez mais, se envolvem em atividades que lhes renda algum dinheiro, com o qual possam acessá-los. Todo o produzido, para além do consumo próprio, torna-se passível de venda, porque os gastos aumentam.

Contraditoriamente, ao deixar de produzir o básico da alimentação, se impulsiona a produção e/ou consumo de mercadorias. Este é um dos aspectos transformadores das relações entre os posseiros. No entanto, não é o único, pois, a eles se imbricam outros: a diminuição geral do tamanho das posses e a escassez de pessoas para trabalhar nas roças – dado, uma parte migrar, para conseguir dinheiro da demanda de consumo aumentada, e, por receberem a remuneração estatal – não se submetendo mais a determinados trabalhos, como diaristas.

Esse caráter, relativo à possibilidade do posseiro em facilitar seu trabalho e ter coisas, que inicialmente parece só subjetivo, é, portanto, ao mesmo tempo, socialmente objetivo, e se remete também às necessidades impostas pelo mercado.

Todas essas formas da reprodução do trabalho do posseiro se relacionam, portanto, direta ou indiretamente, ao aumento (e, portanto, também a sua possível queda) na disponibilidade de dinheiro em geral. Esta disponibilidade, vinculada à posse da terra ou à condição de renda – sob a forma de benefícios, subsídios e incentivos do Estado – é junto com a implantação de estradas e rede elétrica, uma profusão de ações estatais, ao mesmo tempo em que significa dinheiro. Nesse sentido, trata-se do processo de modernização, que contribui para a “liberação” tanto da terra, quanto do trabalho, para atividades voltadas a garantir outras formas de consumo e uma reestruturação intensificada da própria produção, que buscará, por suas vias, estabelecer uma relação onde o dinheiro também se torna central. Ou seja, de uma maneira bastante particular: contribuindo para uma mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977).

O cerne é o desenvolvimento da produção em cadeia, na qual se verifica a presença necessária do Estado, em dois momentos: na base dos financiamentos para a produção e na compra dos produtos. É o dinheiro do Estado, promovendo a dinâmica do

mercado, parecendo vigorar nessas iniciativas territorializadas, tendo nas comunidades sua base territorial transformada. Esse conjunto, somado a outras ações estatais conformadoras da reprodução do trabalho na posse: incentivos, benefícios e auxílios, mostram o quanto o próprio Estado esta na base da reprodução do brejeiro. Ainda assim, mesmo tornando-se uma referência importante, potencializando investimentos, subsidiando, financiando, expandindo o crédito a determinadas ações, não deixa, por outro lado, de contribuir, por esses mesmos meios de financiamento (porém em escala maior) com o aumento de uma triste situação, já experimentada por diversos camponeses no Brasil, impostas por iniciativas privadas, relacionados à usurpação de terras devolutas para especulação fundiária e produção de energia eólica. Também por isso, entidades de luta pela terra, questionam tal planejamento, segundo eles, voltados à ênfase dos aspectos identitários e territoriais, vinculados a produção, em detrimento de iniciativas que garantam as posses e a regularização fundiária.

O conjunto de relações abordadas sobre a realidade cotidiana brejeira tentou mostrar o quanto a reprodução do trabalho do camponês posseiro, de forma particular, não se desvincula da reprodução capitalista, na qual a ação estatal atual deriva um duplo aspecto: o incentivo a permanência, mesmo quando, por outro lado, apoie iniciativas que levam à usurpação de terras ocupadas ou usadas por esses posseiros. Ambos os aspectos, mobilizando o trabalho, se relacionam diretamente com a diminuição do tamanho das posses, com as transformações nas relações de trabalho (incluindo a migração) e com o aumento da monetarização dos camponeses dos Brejos.

Essa mobilização do trabalho imbrica os aspectos objetivos e subjetivos, no sentido da dupla liberdade do trabalho (na qual o trabalhador pode dispor livremente de sua força de trabalho como sua mercadoria, para satisfazer suas necessidades, embora essa se torne, cada vez mais sua única opção, conforme perde o acesso direto aos meios de produção, ainda que o processo como um todo o renegue, por ser também cada vez mais crítico) conformada na contradição Estado-mercado por meio de ações estatais.

As ações estatais (planejadas ou não), empresariais ou ainda dos movimentos de luta pela terra conformam as tensões da contradição Estado-mercado da reprodução capitalista ganhando *status* territorial, pelo qual politicamente se tenta promover ou garantir a reprodução social do grupo de interesse. Ao mesmo tempo, esse caráter territorial, reivindicado como lócus da reprodução social e da autonomia (no capital, só relativa), parece se impor como uma forma de ser do Estado – transformado no processo social da reprodução do capital constituindo a constrição e o confinamento territorial.

Se o planejamento em seus primórdios, com as políticas de desenvolvimento regional, expropriavam grandes áreas e mobilizavam o trabalho, diminuindo ou extinguindo posses, hoje, além disso, propõe esse outro norteamento, o do “estímulo” (para alguns) à

permanência na terra de duas formas: por um lado, regularizando a posse e permitindo o acesso a políticas públicas; por outro, territorializando ações, entorno dos arranjos produtivos locais, impulsionando a competição por editais de financiamento de atividades atreladas ao pertencimento ao território. Esse “estímulo” não é fruto da benevolência, mas de reivindicações e luta, disputados com grandes proprietários e empresários apoiados pelo Estado. Desse modo, trata-se também de uma luta pela terra (e território), como uma disputa por recursos do fundo público.

Essa transformação no planejamento e na ação estatal reflete o momento atual da reprodução geral do capital, no qual, tanto a mobilização do trabalho, quanto a auto identificação estimulada e a sua monetarização de base territorial, são produtos do mesmo processo, a modernização. A modernização envolve as práticas estatais e não estatais de ação, desdobramento e generalização de relações sociais por meio de categorias sociais de mediação historicamente determinadas – como dinheiro, trabalho, mercadoria, terra (território) – compondo a reprodução de relações desiguais e violentas da contradição Estado-mercado. E, como processo contraditório do capital, é atualmente cada vez mais crítica expressando sua crise.

Um dos meios de gestão dessa crise se vincula às ações estatais, munindo de alguma validade, a mobilidade do trabalho cada vez mais anacrônica no processo social, por meio de incentivos, benefícios e subsídios creditícios em diferentes esferas, sejam supressores dos meios de produção ou conformadores da reprodução do trabalho. Esse aspecto ou caráter assumido pelo Estado não se deve assim, simplesmente, à política, mas envolve outros meandros relativos à própria dinâmica da reprodução capitalista, que na atualidade torna-se por seus próprios meios, cada vez mais crítica e demandante dessas ações, por destituir em seu processo, o seu próprio fundamento. Em outras palavras, se coloca no fato do momento atual, o desenvolvimento das forças produtivas expulsarem cada vez mais o trabalho do processo de produção como paradigma de modernização, no qual ao mesmo tempo o Estado territorializa ações que promovem a “fixação” ou confinam (por acesso a políticas públicas) uma parte da população em determinados territórios de reprodução particular, como se constituíssem formações autônomas simulando uma autonomia territorial, como forma de gestar a crise geral.

Referências

AZEVEDO, J. S. G. **Planejamento Territorial do Estado da Bahia**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net>>. Acesso em julho de 2016.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GERMANI, G. **Assentamentos Rurais no Médio São Francisco (Bahia-Brasil): Políticas Públicas, Conflitos e Resistências**. Disponível em: <www.alasru.org>. Acesso em: abril de 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/>>. Acesso em: fevereiro de 2013.

HEIDEMANN, H. D. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: Humilhação secundária, resistência e emancipação. In: **Migrações: Discriminação e Alternativas**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2004.

KLUCK, E. G. J. **Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, USP, S. Paulo.

MARTINS, J. de S. **O cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro 1, 2 e 3. S. Paulo: Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, A. U. de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Francisco M. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília, IICA, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Ática, São Paulo, 1993.

SANTOS, M. *et al.* **Território, Territórios**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M.. Geografia e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, out.-dez. 1959. p. 98-110.

SHANIN, T. A Definição de Camponês: Conceituação e Desconceituação: O velho e o novo em uma discussão Marxista. **Estudos Cebrap**, n.26, 1980. Petrópolis.

SOBRINHO, José de Sousa. **Brejos da Barra: Comunidades Camponesas no Processo de Des-envolvimento do Vale do São Francisco**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TAVARES DOS SANTOS, J. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1984.

Sobre o autor

Erick Gabriel Jones Kluck – Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (Usp) (2007); Mestrado em Geografia pela Universidade de São Paulo (Usp) (2011);

Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (Usp) (2017); Atualmente é Pós-doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-3256-9985>

Como citar este artigo

KLUCK, Erick Gabriel Jones. Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

Recebido para publicação em 07 de março de 2018.
Devolvido para a revisão em 23 de maio de 2018.
Aceito para a publicação em 30 de maio de 2018.
